

**CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2015

## **Conteúdo**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



**KPMG Auditores Independentes**  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457  
14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil

Telefone 55 (16) 3323-6650  
Fax 55 (16) 3323-6651  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas e Administradores da  
CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.  
Suzano - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 12, a Companhia deixou de atender parte das cláusulas restritivas de índice financeiro referente ao contrato de financiamento de R\$ 211.922 mil e possui, contratualmente, o prazo de seis meses para reestabelecer o referido índice. Caso a Companhia não consiga reestabelecer o índice financeiro dentro deste prazo, as acionistas Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental e a Galvão Engenharia S.A. - (em recuperação judicial) terão o prazo de 5 dias úteis para aumentar capital ou efetuar adiantamento para futuro aumento de capital em montante suficiente para o reestabelecimento de tais índices. E se tais condições não se concretizarem, a instituição financeira poderá decretar o vencimento antecipado da dívida. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 22(e) às demonstrações financeiras, a Companhia poderá ser impactada em decorrência dos eventos da operação “Lava Jato” da Galvão Engenharia S/A - (em recuperação judicial), que é acionista minoritária da Companhia e empresa relacionada da controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ribeirão Preto, 27 de janeiro de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Cláudio José Biason  
Contador CRC 1SP144806/O-7

## CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	8	13.795	7.668	Fornecedores e outras contas a pagar	11	35.006	29.734
Contas a receber e outros recebíveis	9	72.203	66.818	Financiamentos	12	18.808	18.499
Impostos e contribuições a recuperar	10	3.949	765	Obrigações fiscais	13	5.228	1.295
Estoques		1.071	892	Provisões e encargos trabalhistas		1.685	867
Despesas antecipadas		159	49	Dividendos a pagar	22d	29.650	65.465
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>91.177</u>	<u>76.192</u>	<b>Total do passivo circulante</b>		<u>90.377</u>	<u>115.860</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				<b>Realizável a longo prazo</b>			
Contas a receber e outros recebíveis	9	340.753	361.934	Financiamentos	12	192.479	209.199
Impostos e contribuições a recuperar	10	22.431	36.033	Obrigações fiscais	13	34.664	38.574
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<u>363.184</u>	<u>397.967</u>	Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	41.960	36.983
<b>Imobilizado</b>		2.087	2.216	Provisões para contingências	14	62	62
<b>Intangível</b>		<u>17</u>	<u>16</u>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<u>269.165</u>	<u>284.818</u>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>365.288</u>	<u>400.199</u>	<b>Patrimônio líquido</b>	15		
				Capital social		71.000	71.000
				Reservas de lucros		25.923	4.713
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<u>96.923</u>	<u>75.713</u>
				<b>Total do passivo</b>		<u>359.542</u>	<u>400.678</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>456.465</u></u>	<u><u>476.391</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>456.465</u></u>	<u><u>476.391</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

### Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	19	82.389	78.454
Custo dos serviços prestados	20	<u>(34.138)</u>	<u>(24.086)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>48.251</u>	<u>54.368</u>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas administrativas e gerais	20	<u>(12.876)</u>	<u>(6.743)</u>
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<u>35.375</u>	<u>47.625</u>
Receitas financeiras	21	1.884	1.935
Despesas financeiras	21	<u>(21.012)</u>	<u>(19.335)</u>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>		(19.128)	(17.400)
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<u>16.247</u>	<u>30.225</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	18	(693)	(327)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	<u>(4.977)</u>	<u>(7.990)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>10.577</u>	<u>21.908</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.**

**Demonstrações de resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

*(Em milhares de Reais)*

	2015	2014
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<u>10.577</u>	<u>21.908</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>10.577</u></u>	<u><u>21.908</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>	15	96.353	3.618	54.723	-	154.694
Dividendos distribuídos		-	-	(54.723)	-	(54.723)
Redução de capital		(25.353)	-	-	-	(25.353)
Resultado do exercício		-	-	-	21.908	21.908
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(5.156)	(5.156)
Reserva legal		-	1.095	-	(1.095)	-
Dividendos propostos		-	-	-	(15.657)	(15.657)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	15	<u>71.000</u>	<u>4.713</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>75.713</u>
Resultado do exercício		-	-	-	10.577	10.577
Reversão de dividendos propostos	15b	-	-	15.657	-	15.657
Reserva legal	15b	-	529	-	(529)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15c	-	-	-	(5.024)	(5.024)
Reserva de lucros	15c	-	-	5.024	(5.024)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	15	<u>71.000</u>	<u>5.242</u>	<u>20.681</u>	<u>-</u>	<u>96.923</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	10.577	21.908
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	262	(13)
Resultado na venda de imobilizado	3	-
Provisão para contingências	-	(183)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	4.977	7.990
PIS e COFINS diferidos	(3.910)	805
Juros sobre atualização do contas a receber de cliente	(31.933)	(44.388)
Juros incorridos de financiamentos	19.986	18.609
Imposto de renda e contribuição social provisionados	693	327
	<u>655</u>	<u>5.055</u>
Variações em:		
Redução em contas a receber e outros recebíveis	47.729	50.743
(Aumento) em estoques	(179)	(149)
Redução (aumento) em impostos e contribuições a recuperar	10.418	(6.609)
(Aumento) em despesas antecipadas	(110)	(3)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	5.272	(1.063)
Aumento (redução) em provisões e encargos trabalhistas	818	(130)
Aumento (redução) em obrigações fiscais	3.933	(1.384)
	<u>68.536</u>	<u>46.460</u>
<b>Caixa gerado nas atividades operacionais</b>	68.536	46.460
Juros pagos de financiamentos	(18.985)	(18.464)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(693)	(327)
	<u>48.858</u>	<u>27.669</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</b>	<u>48.858</u>	<u>27.669</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições do ativo imobilizado	(130)	(187)
Aquisições do ativo intangível	(7)	(7)
	<u>(137)</u>	<u>(194)</u>
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimentos</b>	<u>(137)</u>	<u>(194)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamentos de financiamentos	(17.412)	(16.749)
Dividendos pagos	(25.182)	(10.071)
	<u>(42.594)</u>	<u>(26.820)</u>
<b>Fluxo de caixa usado nas atividades de financiamentos</b>	<u>(42.594)</u>	<u>(26.820)</u>
<b>Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>6.127</u>	<u>655</u>
<b>Demonstração do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>7.668</u>	<u>7.013</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<u>13.795</u>	<u>7.668</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

<b>Nota</b>	<b>Base de preparação</b>	
1	Contexto operacional	11
2	Base de preparação	11
3	Moeda funcional e moeda de apresentação	11
4	Uso de estimativas e julgamentos	11
	<b>Políticas contábeis</b>	
5	Base de mensuração	13
6	Principais políticas contábeis	13
7	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	19
	<b>Ativos</b>	
8	Caixa e equivalentes de caixa	20
9	Contas a receber e outros recebíveis	20
10	Impostos e contribuições a recuperar	21
	<b>Passivos e Patrimônio Líquido</b>	
11	Fornecedores e outras contas pagar	21
12	Financiamentos	22
13	Obrigações fiscais	24
14	Provisão para contingências	24
15	Patrimônio líquido	24
16	Gerenciamento do capital	26
	<b>Instrumentos financeiros</b>	
17	Instrumentos financeiros	26
	<b>Tributos sobre o lucro</b>	
18	Imposto de renda e contribuição social diferidos	31
	<b>Desempenho do ano</b>	
19	Receita operacional líquida	32
20	Custos e despesas por natureza	32
21	Despesas financeiras líquidas	33
	<b>Outras informações</b>	
22	Partes relacionadas	33
23	Cobertura de seguros	35
24	Compromissos	35
25	Aspectos ambientais	36

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A. “Companhia” é uma Sociedade de Propósito Específico - SPE, localizada na cidade de Suzano, São Paulo, na Rua Waldemar Cusma, 700, e foi constituída com objetivo exclusivo de Parceria Público Privada - PPP com a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP, por meio de Concessão Administrativa, para prestação de serviços no Sistema Produtor Alto Tietê, compreendendo os serviços de manutenção de barragens, serviços de inspeção e manutenção de túneis e canais de interligação de barragens, manutenção civil e eletromecânica em unidades integrantes do sistema, tratamento e disposição final do lodo gerado na produção de água tratada, serviços auxiliares, e intervenções para a ampliação da capacidade de produção da Estação de Tratamento de Água de Taiaçupeba, de 10 m<sup>3</sup>/s de água tratada para os atuais 15 m<sup>3</sup>/s de água tratada, assim como a construção das adutoras e de outras utilidades para o Sistema Produtor Alto Tietê - SPAT. A operação da Companhia é regida pelos termos do "Edital de Licitação da Concorrência Internacional SABESP CSS nº. 6.651/06" e pelo respectivo "Contrato de Concessão”.

O prazo do contrato de concessão é de 15 (quinze) anos com vencimento original em 2024, e os equipamentos utilizados na operação serão transferidos à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP ao final do prazo da concessão. O prazo contratual poderá ser prorrogado, como previsto no contrato de concessão, desde que seja solicitado 24 meses antes do vencimento do prazo final do contrato, e que seja acordado por ambas as partes.

### **2 Base de preparação**

#### **Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 27 de janeiro de 2016.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia, estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**a. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 9** - realização do contas a receber e outros recebíveis;
- **Nota explicativa nº 14** - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 18** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

**Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 17** - instrumentos financeiros.

## **5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

## **6 Principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

### **a. Receita operacional**

#### **(i) *Contratos de concessão de serviços e construção com a SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo***

A Companhia possui um único contrato de concessão junto à SABESP, o qual, de acordo com ICPC01 (R1) - Contratos de concessão e OCPC 05, foi dividido entre obras (CPC 17 (R1) contratos de construção) e serviços (CPC 30 (R1) Receitas).

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob um contrato de concessão de serviços é reconhecida de acordo com o CPC 17 (R1) Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC), consistente com a política contábil da Companhia para o reconhecimento de receita sobre contratos de construção, visto que o risco da demanda dessa obra é da SABESP.

Receitas de operação ou serviço são reconhecidas no exercício em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida pelas taxas anuais estimadas da margem apurada no plano de negócio do contrato da concessão e os juros efetivos são determinados pela Companhia também levando em consideração os juros atribuídos no plano de negócio para os recebíveis das obras que ocorrerão até o final do contrato de concessão.

Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos na demonstração do resultado de sua competência e estão diretamente relacionadas ao respectivo ativo financeiro formado. As taxas utilizadas estão descritas abaixo:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Margem bruta sobre contrato de construção	11,56%	11,56%
Juros efetivos do contrato de concessão	9,05%	9,21%

A Companhia reconhece as receitas com base em taxas anuais revisadas, calculadas com base em plano de negócio atualizado.

**b. Receita de ativo financeiro**

A receita do ativo financeiro é decorrente da atualização dos direitos a faturar constituídos pela receita de construção do ativo financeiro, correspondente aos contratos de concessão pública e, dada a sua natureza, está sendo apresentada como receita das operações da Companhia. Essa atualização é calculada com base na taxa de desconto específica do contrato, a qual foi determinada considerando os respectivos riscos e premissas dos serviços prestados.

**c. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- juros sobre aplicações financeiras;
- juros sobre atualização de impostos a recuperar;
- descontos obtidos;
- seguros fiança;
- tarifas e comissões bancárias; e
- despesas com juros sobre financiamentos.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

**d. Benefícios a empregados**

**(i) Benefícios de curto prazo a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

**(ii) Plano de contribuição definida**

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. A Companhia não possui outros benefícios pós-emprego.

**e. Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável no exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

**(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. É mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**f. Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição que não excede o valor de mercado.

**g. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

A Companhia considera como ativo imobilizado, somente os bens que estão em seu poder e podem ser a quaisquer momentos negociados sem prévia autorização do poder concedente da concessão em que opera.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**h. Ativos intangíveis**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

**(ii) Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Amortização**

A amortização é calculada, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado e não ultrapassa o prazo final da concessão.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

**i. Instrumentos financeiros**

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

**(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento***

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(ii) *Ativos financeiros não derivativos - mensuração***

*Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

*Empréstimos e recebíveis*

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

*Concessão*

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão de saneamento básico quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de saneamento básico ou melhoria prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial.

**(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**(iv) Capital social**

*Ações ordinárias*

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

**j. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não-derivativos**

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/ recuperação judicial;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2015.

**k. Provisões**

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos do desconto a valor presente são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

**7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

***IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)***

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

***IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)***

A IFRS 15 exige que uma entidade reconheça o montante da receita refletindo a contraprestação que se espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações. A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 14 - *Regulatory Deferral Accounts* (Ativos e Passivos Regulatórios);
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 (R1)/ IAS 38);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2012-2014 - várias normas; e
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 (R1)/ IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## 8 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Saldos bancários	8.911	7.194
Aplicações financeiras	4.884	474
<b>Total</b>	<b>13.795</b>	<b>7.668</b>

As aplicações financeiras são classificadas como ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a remuneração média anual foi de 9,67% (8,48% em 31 de dezembro de 2014), com previsibilidade de resgate imediato.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa nº 17.

## 9 Contas a receber e outros recebíveis

	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Recebíveis de contratos de concessão		410.153	425.991
Partes relacionadas - operações mensais	22	38	7
Adiantamentos		1.032	1.036
Outros créditos		1.733	1.718
<b>Total</b>		<b>412.956</b>	<b>428.752</b>
Ativo circulante		72.203	66.818
Ativo não circulante		340.753	361.934

A movimentação dos recebíveis de contrato de concessão é a seguinte:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldos iniciais	425.991	434.117
Receita decorrente de serviços de construção	-	1.628
Receita decorrente de serviços de operação	60.257	40.435
Receita financeira decorrente da apropriação dos juros pela taxa efetiva	31.933	44.388
(-) Recebimentos decorrentes do contrato de concessão no exercício	<u>(108.028)</u>	<u>(94.577)</u>
<b>Saldos finais</b>	<u><u>410.153</u></u>	<u><u>425.991</u></u>

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito, de mercado, mensuração do valor justo e perdas por redução ao valor recuperável relacionados ao contas a receber e outros recebíveis está divulgada na nota explicativa nº 17.

## 10 Impostos e contribuições a recuperar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - diferido – contrato de concessão	14.109	15.755
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido na fonte (*)	8.346	17.458
Programa de Integração Social (PIS) - diferido – contrato de concessão	3.063	2.864
Saldo negativo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	591	508
Saldo negativo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	232	183
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) - sobre aplicações financeiras	<u>39</u>	<u>30</u>
<b>Total</b>	<u><u>26.380</u></u>	<u><u>36.798</u></u>
Ativo circulante	3.949	765
Ativo não circulante	22.431	36.033

- (\*) Refere-se ao saldo líquido após compensações de INSS retido sobre a prestação de serviços pela fonte pagadora, devidamente informado nas obrigações acessórias. A Companhia solicitou junto a Secretaria da Receita Federal a restituição dos créditos em espécie e já recebeu parcialmente durante 2015.

## 11 Fornecedores e outras contas pagar

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prestadores de serviços de obra		6.004	3.006
Fornecedores diversos		3.419	1.324
Partes relacionadas	22	<u>25.583</u>	<u>25.404</u>
<b>Total</b>		<u><u>35.006</u></u>	<u><u>29.734</u></u>

A Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2015 e concluiu que os valores não geram ajustes materiais nas demonstrações financeiras.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de liquidez e mensuração do valor justo relacionados a fornecedores e outras contas a pagar está divulgada na nota explicativa nº 17.

### Compromissos com contratos

A Companhia possui diversos compromissos de contratos de prestações de serviços com terceiros para garantir as operações do contrato de concessão junto à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP. Os compromissos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 podem ser assim estimados por seus valores nominais:

<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>Compromissos</b>	<b>12</b>	<b>2-3</b>	<b>4-5</b>	<b>Mais que</b>
<i>Prestadores de serviços (fornecedores)</i>	<u>futuros</u>	<u>meses</u>	<u>anos</u>	<u>anos</u>	<u>5 anos</u>
Compromissos com contratos	27.210	10.332	5.223	4.734	6.921

  

<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>Compromissos</b>	<b>12</b>	<b>2-3</b>	<b>4-5</b>	<b>Mais que</b>
<i>Prestadores de serviços (fornecedores)</i>	<u>futuros</u>	<u>meses</u>	<u>anos</u>	<u>anos</u>	<u>5 anos</u>
Compromissos com contratos	32.605	10.246	5.122	7.575	9.662

Os compromissos serão registrados de acordo com o regime contábil de competência, quando os serviços forem prestados e serão pagos de acordo com seus vencimentos contratuais.

## 12 Financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, liquidez, mensuração do valor justo e uma análise de sensibilidade decorrentes destes financiamentos, veja nota explicativa nº 17.

<u>Linha de crédito</u>	<u>Nota</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros</u> <u>médios a.a. (%)</u>	<u>Vencimento</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Finame			2,50	de 2016 a 2018	348	518
BNDES - partes relacionadas	22	TJLP	9,90	de 2016 a 2024	211.922	228.357
Custo de transação					(983)	(1.177)
<b>Total</b>					<u>211.287</u>	<u>227.698</u>
Passivo circulante					18.808	18.499
Passivo não circulante					192.479	209.199

As principais garantias do contrato de financiamento junto ao BNDES são:

- Cessão fiduciária de recebíveis e de penhor de ações de emissão da CAB - Sistema Produtor Alto Tietê S.A., pertencentes aos seus acionistas;
- Companhia Nacional de Participações S.A. - Enpar, presta fiança e se torna principal pagadora, responsabilizando-se solidariamente, até o final da liquidação; e
- Fiança bancária direta através do Banco PINE S.A., limitada a R\$ 25.000.

A garantia dos contratos de FINAME é a alienação fiduciária dos bens móveis adquiridos.

Os financiamentos possuem os seguintes vencimentos:

<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>Valor</u>	<u>12</u>	<u>13 a 24</u>	<u>25 a 36</u>	<u>37 a 48</u>	<u>49 a 60</u>	<u>61 a 97</u>
Financiamentos (*)	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	meses
	212.270	18.995	20.053	21.918	24.134	26.587	100.583

<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>Valor</u>	<u>12</u>	<u>13 a 24</u>	<u>25 a 36</u>	<u>37 a 48</u>	<u>49 a 60</u>	<u>61 a 109</u>
Financiamentos (*)	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	meses
	228.875	18.695	19.566	21.129	22.668	24.489	122.328

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

No início do contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia incorreu em R\$ 2.030 de custos de transação, cujo saldo a apropriar em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 983 (R\$ 1.177 em 31 de dezembro de 2014). Decorrente desse custo de transação a taxa efetiva de juros do período, do contrato de financiamento é de 8,46% a.a. em 31 de dezembro de 2015 idêntico em 31 de dezembro de 2014.

A seguir é apresentado o montante de custos de transação registrado em financiamentos, a serem apropriados ao resultado em cada exercício subsequente:

<u>31 de dezembro de 2015</u>	<u>Valor</u>	<u>12</u>	<u>13 a 24</u>	<u>25 a 36</u>	<u>37 a 48</u>	<u>49 a 60</u>	<u>61 a 97</u>
Financiamentos	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	meses
	983	187	176	162	145	123	190

<u>31 de dezembro de 2014</u>	<u>Valor</u>	<u>12</u>	<u>13 a 24</u>	<u>25 a 36</u>	<u>37 a 48</u>	<u>49 a 60</u>	<u>61 a 109</u>
Financiamentos	contábil	meses	meses	meses	meses	meses	meses
	1.177	195	187	176	162	145	312

#### **Quebra de cláusulas contratuais restritivas (*covenants*)**

O financiamento obtido junto o BNDES no montante de R\$ 211.922 em 31 de dezembro de 2015, possui cláusula contratual restritiva (*covenants*) determinando que, ao final de cada semestre, a Companhia deve atender aos seguintes índices financeiros:

- Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,3; e
- Margem operacional maior ou igual a 55%.

O cálculo dos índices mencionados acima é efetuado com base nos valores apurados nos últimos 12 meses constantes das referidas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não atingiu o índice relativo a margem operacional. O contrato determina que a Companhia possui o prazo de 6 meses para comprovar o reestabelecimento dos índices mediante apresentação das próximas demonstrações financeiras revisadas. Caso a Companhia não consiga reestabelecer o índice financeiro dentro deste prazo, as acionistas Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental e a Galvão Engenharia S.A.- (em recuperação judicial) terão o prazo de 5 dias úteis para aumentar capital ou efetuar adiantamento para futuro aumento de capital em montante suficiente para o reestabelecimento de tais índices. Caso tais condições não se concretizem, a instituição financeira poderá decretar o vencimento antecipado da dívida.

A quebra de *covenants* deve-se principalmente a despesas não recorrentes relativas ao processo de restituição dos créditos tributários de INSS e relativas ao ISS. Diante do exposto e baseada nas projeções futuras, a Companhia entende que o referido indicador será restabelecido.

### 13 Obrigações fiscais

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - diferido – contrato de concessão	27.854	31.335
Programa de Integração Social (PIS) - diferido – contrato de concessão	6.810	7.239
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	3.350	976
Impostos Sobre Serviços (ISS)	916	-
Programa de Integração Social (PIS)	727	212
ISS / PIS / COFINS / CSLL retido a recolher	147	46
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre salário	42	36
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre terceiro	32	14
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) retido na fonte	14	10
Demais tributos	-	1
	<b>39.892</b>	<b>39.869</b>
Passivo circulante	5.228	1.295
Passivo não circulante	34.664	38.574

### 14 Provisão para contingências

A Companhia classifica o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, foi realizada considerando-se os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia. A Companhia considera existir riscos efetivos e registrou em 31 de dezembro de 2015 provisões no valor de R\$ 62 (idêntico em 31 de dezembro de 2014).

As contingências passivas não reconhecidas nas demonstrações financeiras são de natureza cível e trabalhista, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 241 (R\$ 384 em 31 de dezembro de 2014), para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

### 15 Patrimônio líquido

#### a. Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2015 está representado por 71.000.000 ações ordinárias (idêntico em 31 de dezembro de 2014), pertencentes aos seguintes acionistas:

	<b>Em % de participação</b>	
	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental	95%	95%
Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial	5%	5%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Conforme ata da assembleia geral extraordinária realizada em 24 de outubro de 2014, a Companhia promoveu a redução do capital social, por ser excessivo em relação ao seu objeto social, cancelando 25.353.916 ações ordinárias, sendo que estes valores foram registrados para futuro reembolso aos acionistas. Após o decurso de 60 dias, sem oposição de credores, a redução se tornou eficaz.

**b. Natureza e propósito das reservas**

***Reserva legal***

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

***Reserva de retenção de lucros***

Em 17 de abril de 2015, conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Companhia promoveu a reversão da proposta de dividendos efetuada em 31 de dezembro de 2014 para a conta de reserva de retenção de lucros.

**c. Dividendos**

O Estatuto Social da Companhia não determina o dividendo mínimo obrigatório, consequentemente a Lei 6.404/76 determina que deve ser de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma dessa lei. Os dividendos mínimos obrigatórios foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

A Companhia não propôs dividendos adicionais referente ao lucro excedente mantendo em reserva de lucros em razão da Companhia possuir algumas obrigações especiais a cumprir integrantes do contrato do BNDES e, dentre estas obrigações, ficou estipulado que, sem a prévia anuência expressa pelo BNDES, a Companhia não poderá efetuar a distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, seja ela sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros, amortização de dívida subordinada, resgate, reembolso, amortização ou recompra de ações, participação nos resultados ou honorários a qualquer título, a menos que sejam atendidas cumulativamente as seguintes condições:

- Os recursos distribuídos sejam referentes a lucros líquidos apurados sobre fatos financeiros recorrentes;
- Os indicadores estabelecidos no contrato do BNDES permaneçam comprovadamente atendidos, tanto antes, quanto após a distribuição em questão; e
- A beneficiária esteja adimplente com todas as obrigações estabelecidas no contrato do BNDES.

Em 21 de outubro de 2014, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia efetuou distribuição de dividendos relativos ao saldo da reserva de retenção de lucros.

Em 29 dezembro de 2014, a Companhia promoveu a distribuição referente a totalidade do resultado do exercício apurado em 2014 a título de dividendos propostos.

Em 17 de abril de 2015, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Companhia promoveu a aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, revertendo o montante de dividendos propostos em 29 de dezembro de 2014, para conta de reserva de retenção de lucros.

Estas destinações foram aprovadas pelo BNDES através do documento “Carta CE-ADM-004/14” que permite a Companhia distribuir dividendos no exercício desde que os indicadores estabelecidos acima estejam e permaneçam atendidos após a distribuição e que seja realizado com recursos oriundos de sua atividade operacional, especificamente, sem obtenção de empréstimo ou operações assemelhadas.

Conforme instrumento particular de usufruto de ações de 3 de janeiro de 2012 a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental passa a ter direito econômico de 100% dos recebimentos dos dividendos e juros sobre capital próprio.

**d. Juros sobre capital próprio**

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no período de 2014, os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do período e estão sendo apresentados na conta do patrimônio líquido em lucros acumulados.

## 16 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Total do passivo	359.542	400.678
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.795)</u>	<u>(7.668)</u>
(=) Passivo líquido (A)	345.747	393.010
Total do patrimônio líquido (B)	<u>96.923</u>	<u>75.713</u>
Relação da dívida líquida pelo patrimônio ajustado (A/B)	<u><u>3,57</u></u>	<u><u>5,19</u></u>

## 17 Instrumentos financeiros

**a. Classificação contábil e valores justos**

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo por meio de resultado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
<b>31 de dezembro 2015</b>								
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Aplicações financeiras	4.884	-	-	4.884	-	4.884	-	4.884
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	8.911	-	8.911				
Contas a receber e outros recebíveis	-	412.956	-	412.956				
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>421.867</b>	<b>-</b>	<b>421.867</b>				
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Financiamentos (*)	-	-	212.270	212.270	-	212.270	-	212.270
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	35.006	35.006				
<b>31 de dezembro 2014</b>								
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Aplicações financeiras	474	-	-	474	-	474	-	474
<b>Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>								
Caixa e equivalentes de caixa	-	7.194	-	7.194				
Contas a receber e outros recebíveis	-	428.752	-	428.752				
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>435.946</b>	<b>-</b>	<b>435.946</b>				
<b>Passivos financeiros mensurados ao valor justo</b>								
Financiamentos (*)	-	-	228.875	228.875	-	228.875	-	228.875
<b>Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo</b>								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	29.734	29.734				

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

## **b. Mensuração do valor justo**

O valor justo para o financiamento do BNDES é o registrado contabilmente uma vez que não existem instrumentos similares com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2015.

## **c. Gerenciamento de riscos financeiros**

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

### **(i) Estrutura do gerenciamento de risco**

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

**(ii) Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

***Contas a receber e outros recebíveis***

A Companhia possui o fator mitigante do risco de crédito de cliente que é o contrato de Parceria Público Privada com a SABESP e a inexistência de histórico de inadimplência do cliente que possui credibilidade no mercado. Anualmente, a SABESP contrata a agência de avaliação de crédito e em 2015 foi emitido *Fitch Rating* nacional a longo prazo AA- (bra), o qual reflete a capacidade deste cliente em honrar de forma pontual e integral com o pagamento da remuneração mensal devida pelo contrato de Parceria Público Privada.

***Caixa e equivalentes de caixa***

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas de primeira linha.

***Exposição a riscos de crédito***

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>Nota</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa e equivalentes de caixa	8	13.795	7.668
Contas a receber e outros recebíveis (*)	9	411.924	427.716
<b>Total</b>		<u>425.719</u>	<u>435.384</u>
Ativo circulante		84.966	73.450
Ativo não circulante		340.753	361.934

(\*) Não foi considerado o montante de outros recebíveis referente aos adiantamentos.

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

**Exposição a risco de liquidez**

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Fornecedores e outras contas a pagar	11	35.006	29.734
Financiamentos (*)	12	212.270	228.875
<b>Total</b>		<b>247.276</b>	<b>258.609</b>
Passivo circulante		54.001	48.428
Passivo não circulante		193.275	210.181

(\*) O montante apresentado não contempla o impacto dos custos de transação.

Por tratar-se de uma SPE - Sociedade de Propósito Específico com a finalidade de gerir o contrato de PPP - Parceria Pública Privada firmado com a SABESP, a Companhia realizou abertura de crédito junto ao BNDES, baseada nas previsões de entrada de caixa previstas no respectivo contrato, conforme divulgado na nota explicativa nº 12. Este financiamento contém algumas cláusulas restritivas (*covenants*). O não cumprimento destas cláusulas restritivas podem exigir que a Companhia liquide o financiamento antecipadamente ou que os acionistas apórem recursos próprios.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação:

<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa contratual</b>	<b>12 meses</b>	<b>13 a 24 meses</b>	<b>25 a 36 meses</b>	<b>37 a 48 meses</b>	<b>49 a 60 meses</b>	<b>61 a 97 meses</b>
Financiamentos	212.270	305.496	37.926	37.918	37.760	37.749	37.749	116.394
Fornecedores e outras contas a pagar	35.006	35.006	35.006	-	-	-	-	-

  

<b>31 de dezembro de 2014</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Fluxo de caixa contratual</b>	<b>12 meses</b>	<b>13 a 24 meses</b>	<b>25 a 36 meses</b>	<b>37 a 48 meses</b>	<b>49 a 60 meses</b>	<b>61 a 109 meses</b>
Financiamentos	228.875	319.159	35.259	35.254	35.247	35.088	35.078	143.233
Fornecedores e outras contas a pagar	29.734	29.734	29.734	-	-	-	-	-

Não é esperado que os fluxos de caixa incluídos na análise de maturidade da Companhia possam ocorrer significativamente mais cedo, ou em valores diferentes.

**(iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

***Risco de taxa de juros***

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI, IPCA e TJLP.

***Exposição ao risco de taxa de juros***

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

	<b>Nota</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Ativos financeiros</b>			
Aplicações financeiras	8	4.884	474
Recebíveis de contratos de concessão	9	410.153	425.991
<b>Passivos financeiros</b>			
Financiamentos	12	211.922	228.357

***Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável***

Com base no saldo das aplicações financeiras, recebíveis de contratos de concessão, endividamento, no cronograma de desembolso e nas taxas de juros, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teriam aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com as premissas a seguir. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados conforme as tabelas a seguir:

***Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas***

<b>Instrumentos</b>	<b>Exposição em 2015</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenários</b>					
			<b>Provável</b>		<b>Variação do índice em 25%</b>		<b>Variação do índice em 50%</b>	
			<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>
<b>Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	4.884	CDI	13,03	636	16,29	795	19,55	955
Recebíveis de contratos de concessão	410.153	IPCA	7,00	28.711	8,75	35.888	10,50	43.066
<b>Passivos financeiros</b>								
Financiamentos	(211.922)	TJLP	9,90	(20.980)	12,38	(26.225)	14,85	(31.470)
<b>Total líquido de ativos e passivos financeiros</b>	<b>203.115</b>			<b>8.367</b>		<b>10.458</b>		<b>12.551</b>
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>						<b>2.091</b>		<b>4.184</b>

***Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas***

Instrumentos	Exposição em 2015	Risco	Cenários					
			Provável		Variação do índice em 25%		Variação do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor
<b>Ativos financeiros</b>								
Aplicações financeiras	4.884	CDI	13,03	636	9,77	477	6,52	318
Recebíveis de contratos de concessão	410.153	IPCA	7,00	28.711	5,25	21.533	3,50	14.355
<b>Passivos financeiros</b>								
Financiamentos	(211.922)	TJLP	7,90	(20.980)	7,43	(15.734)	4,95	(10.490)
<b>Total líquido de ativos e passivos financeiros</b>	<b>203.115</b>			<b>8.367</b>		<b>6.276</b>		<b>4.183</b>
<b>Impacto no resultado e patrimônio líquido</b>						<b>(2.091)</b>		<b>(4.184)</b>

*Fontes: a informação do CDI foi extraída da base da CETIP, a TJLP foi extraída da Receita Federal e o IPCA do BACEN, na data-base do último dia útil de dezembro de 2015.*

## 18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos</b>						
Ativo diferido	490	549	-	-	(59)	(62)
Custos de transação dos empréstimos	-	-	334	400	66	68
Contas a receber e imobilizado - líquidos – contratos de concessão	-	-	42.433	37.154	(5.279)	(7.053)
Contas a receber - diferimento de venda para órgão público	-	-	1.102	1.717	615	(653)
Prejuízo fiscal a compensar (a)	1.316	1.643	-	-	(327)	(154)
Outras diferenças temporárias	103	96	-	-	7	(136)
	<u>1.909</u>	<u>2.288</u>	<u>43.869</u>	<u>39.271</u>	<u>(4.977)</u>	<u>(7.990)</u>
Compensação (*)	(1.909)	(2.288)	(1.909)	(2.288)	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>41.960</b>	<b>36.983</b>	<b>(4.977)</b>	<b>(7.990)</b>

- (a) Com base na estimativa dos planos de negócios, a Companhia reconheceu o ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais acumulados, considerando que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para compensação de tais perdas.

- (\*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

<b>Reconciliação da taxa efetiva</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Resultado do exercício antes dos impostos	16.247	30.225
Juros sobre capital próprio	-	(5.156)
Resultado do exercício antes dos impostos - ajustado	16.247	25.069
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa com imposto a alíquota nominal	(5.524)	(8.523)
<b>Ajuste do imposto de renda e contribuição social</b>		
Ganhos não tributáveis	(14)	(1)
Outras	(132)	207
Imposto corrente	(693)	(327)
Imposto diferido	(4.977)	(7.990)
Alíquota efetiva	35%	33%

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

## 19 Receita operacional líquida

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Receita de prestação de serviço da operação	60.257	40.435
Receita de ativo financeiro	31.933	44.388
Receita de contrato de construção	-	1.628
Impostos sobre os serviços prestados	(9.801)	(7.997)
<b>Total</b>	<b>82.389</b>	<b>78.454</b>

## 20 Custos e despesas por natureza

<b>Custos dos serviços prestados</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Custos com serviço contratados	(19.732)	(16.108)
Custos de concessão	(6.896)	(3.985)
Custos pessoal	(7.672)	(4.398)
Contrato de construção	-	(1.306)
Depreciação e amortização	(225)	(111)
Crédito Pis e Cofins	387	1.822
<b>Total</b>	<b>(34.138)</b>	<b>(24.086)</b>

<b>Despesas administrativas e gerais</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Serviços contratados	(8.062)	(3.547)
Despesas com pessoal	(3.963)	(2.481)
Depreciação e amortização	(37)	-
Outras despesas	(814)	(715)
<b>Total</b>	<b>(12.876)</b>	<b>(6.743)</b>

## 21 Despesas financeiras líquidas

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros sobre atualização de impostos a recuperar	1.579	1.596
Juros de aplicações financeiras	261	171
Descontos obtidos	7	20
Outras receitas financeiras	37	148
<b>Total</b>	<b>1.884</b>	<b>1.935</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos	(19.986)	(18.609)
Comissões e despesas bancárias	(85)	(86)
Outras despesas financeiras	(941)	(640)
<b>Total</b>	<b>(21.012)</b>	<b>(19.335)</b>
<b>Despesas financeiras líquidas</b>	<b>(19.128)</b>	<b>(17.400)</b>

## 22 Partes relacionadas

### a. Controladora

A parte controladora direta e final da Companhia é a Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental, onde são consolidadas estas demonstrações financeiras.

### b. Remuneração de pessoal-chave da administração

Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, entre outros), contabilizados na rubrica "Custos dos serviços prestados e Despesas administrativas".

Remuneração de pessoal-chave da Administração compreende:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Remuneração da diretoria	558	512
Participação nos lucros e resultados	144	99
Benefícios diretos e indiretos	30	37
<b>Total</b>	<b>732</b>	<b>648</b>

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

**c. Outras transações com partes relacionadas**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro 2014, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas a operações com partes relacionadas decorrem principalmente de transações com acionistas e companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

Circulante	Ativo		Passivo		Resultado		
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	
<b>Em fornecedores, clientes e outras contas a pagar e a receber</b>	(Nota 9)	(Nota 9)	(Nota 11)	(Nota 11)			
<b>Repasso de recursos e custos com serviços compartilhados</b>	(a)	38	7	-	-	134	
<b>Companhia de Águas do Brasil – CAB ambiental</b>							
- Contrato de assistência técnica	(b)	-	-	166	-	(2.156)	
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(c)	-	-	63	-	(769)	
<b>Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial</b>							
- Centro de serviços compartilhados - CSC	(c)	-	-	-	50	-	
<b>Redução de capital</b>	(d)	-	-	25.354	25.354	-	
<b>Total</b>		38	7	25.583	25.404	(2.791)	(2.978)
<b>Em financiamentos</b>			(Nota 12)	(Nota 12)			
Financiamentos - BNDES	(e)	-	-	18.825	18.527	(19.781)	(18.609)
<b>Não circulante</b>							
		2015	2014	2015	2014	2015	2014
<b>Em financiamentos</b>				(nota 12)	(nota 12)		
Financiamentos - BNDES	(e)	-	-	193.097	209.830	-	-

- (a) Refere-se a repasses com gasto de pessoal alocados temporariamente entre as empresas do Grupo para prestação de serviço administrativo (contábil, financeiro e fiscal) e operacionais (engenheiro), cuja mensuração é efetuada mediante rateio de tempo despendido.
- (b) Contrato de serviços de assistência técnica com acionista controladora iniciado em fevereiro de 2009, com valor fixo mensal atualizado de R\$ 166, válido até o final da concessão.
- (c) Refere-se a repasse de compartilhamento de recursos e rateio de despesas comuns, cujo critério de rateio varia de acordo com a natureza do serviço.

- (d) Valor para futuro reembolso aos acionistas proveniente da redução do capital social da Companhia, conforme nota explicativa nº 15(a).
- (e) Refere-se ao contrato de financiamento firmado junto ao BNDES, contendo maiores detalhes na nota explicativa nº 12.

**d. Dividendos a pagar**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15(c), em 21 de outubro de 2014, foi aprovada a distribuição de dividendos provenientes do saldo da reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 54.723 e em 29 de dezembro de 2014 foi aprovada a distribuição de dividendos provenientes do resultado do exercício no montante de R\$ 15.657, revertido em 17 de abril de 2015 para a conta de reserva de retenção de lucros conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. O saldo apresentado no balanço patrimonial está líquido do montante de R\$ 25.182 (R\$ 4.915 em 31 de dezembro de 2014) anteriormente pagos à Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental.

A Companhia possui ainda dividendos a pagar de R\$ 29.650 (R\$ 65.645 em 31 de dezembro de 2014) aos seus acionistas.

**e. Acionista minoritário**

A Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial, detentora de 5% das ações da Companhia, citada na operação “Lava Jato” da Polícia Federal, obteve deferimento em 27 de março de 2015 do pedido de Recuperação Judicial anteriormente protocolado na Comarca da Capital do Rio de Janeiro, juntamente com a parte relacionada Galvão Participações S.A. - em recuperação judicial, controladora da Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental.

Em 03 de junho de 2015, ambas apresentaram o Plano de Recuperação Judicial, homologado em 22 de setembro de 2015, que estabelece como uma das medidas para pagamento de credores, a alienação da participação da Galvão Engenharia S.A. - em recuperação judicial no capital social da Companhia, bem como da participação da Galvão Participações S.A. - em recuperação judicial no capital social da controladora Companhia de Águas do Brasil - CAB ambiental.

O pregão inicialmente previsto para ocorrer em 12 de novembro foi aditado para 10 de dezembro de 2015 cuja realização não se concretizou por falta de apresentação de propostas. Até a presente data não houve despacho do juiz acerca da realização ou não de uma nova oferta pública para alienação da controladora da Companhia.

Diante de tais acontecimentos, a Companhia poderá encontrar dificuldade para captação de recursos financeiros com terceiros, porém, baseada nas projeções futuras e considerando o fato de não possuir previsão orçamentária de captação de recursos para cumprimento de seus investimentos, a Companhia entende que suas operações serão suficientes para gerar fluxo de caixa positivo e cumprir com todas suas obrigações contratuais e financeiras.

## **23 Cobertura de seguros**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais são as seguintes:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Seguro garantia	7.119	7.119
Responsabilidade civil	4.000	4.000
Patrimonial riscos diversos + equipamentos	33.600	34.000
<b>Total</b>	<u>44.719</u>	<u>45.119</u>

## 24 Compromissos

### a. **Compromissos vinculados ao contrato de concessão administrativa**

A Companhia assumiu o compromisso de efetuar todos os investimentos previstos no contrato de Parceria Público Privado - PPP. Tais compromissos e investimentos contratuais foram cumpridos até 31 de dezembro de 2015, mas não foram objeto de análise dos auditores independentes por tratar-se de itens não financeiros calculados por metas físicas estabelecidas em contrato.

### b. **Ativo imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão**

A Companhia está operando sob regime de concessão com os bens do ativo imobilizado do poder concedente, transferidos pela Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo SABESP por meio do Termo de Permissão de Uso de Ativos da Sabesp em 02 de março de 2009.

A prática contábil adotada pela Companhia é a de não registrar o imobilizado transferido pelo poder concedente à concessão, entretanto, a Companhia possui o compromisso de manter controle auxiliar.

## 25 Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

## **Composição da Diretoria**

**Presidente do Grupo**  
Otávio Ferreira da Silveira

### **Diretoria**

Eduardo Carlos Torzecki  
Tiago Spolaor Silva Araujo

### **Contador**

Patrícia Hirano Diz  
CRC/SP nº SP-265232/O-9